



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 40/2021

Período: 30/10/2021 - 05/11/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Livro discute adesão de militares à ataques antidemocráticos
- 2- Vice-presidente Hamilton Mourão defendeu atuação de militares na Amazônia em vídeo para COP-26
- 3- História de guerrilheiros acusados de traição durante ditadura militar é tema de livro
- 4- Documentos mostram que o Exército monitorou cidadãos, parlamentares e jornalistas
- 5- Advogado comentou os atos de 7 de setembro
- 6- Candidatura de Sergio Moro à presidência agrada uma parcela dos militares
- 7- General concedeu cargo privilegiado ao cardiologista do presidente

1- Livro discute adesão de militares à ataques antidemocráticos

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Miriam Leitão lançou o livro “A Democracia na Armadilha”, reunindo diversas colunas de sua autoria para o jornal *O Globo*, entre 2016 e 2021, que discutiram os planos do presidente da República Jair Bolsonaro de enfraquecer as instituições democráticas. Entre os temas abordados, o jornal destacou a forte adesão militar ao governo federal, citando que, segundo Leitão, a agressão bolsonarista à democracia conta com o apoio de militares e civis. (*Folha de S. Paulo – Poder – 30/10/21*)

2- Vice-presidente Hamilton Mourão defendeu atuação de militares na Amazônia em vídeo para a COP26

Conforme reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o general da reserva e vice-presidente da República, Hamilton Mourão, enviou um vídeo à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), junto ao ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, apresentando perspectivas para a preservação da floresta amazônica. Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, destacou o trabalho da instituição no investimento em bioeconomia e desenvolvimento sustentável, defendendo ainda que o conselho tenha uma política permanente e independente do governo para a região. Especialistas ouvidos pelo periódico, porém, questionaram as ações e o controle do governo sobre práticas ilegais como grilagem, garimpo, desmatamento, queimadas e

invasão a terras indígenas. Nesse sentido, reportagem da *Folha de S. Paulo* identificou que Mourão atuou para prorrogar a intervenção militar na Amazônia, sem respaldo de decreto presidencial, de forma a assegurar “números positivos” na COP26 e demonstrar o comprometimento do governo federal. De acordo com a *Folha*, decretos presidenciais deram amparo legal a três operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) desde o início do governo de Jair Bolsonaro: “Verde Brasil”, “Verde Brasil 2” e “Samaúma”. O vice-presidente anunciou, em reunião do Conselho da Amazônia realizada em 24/08/21, uma segunda fase da operação Samaúma, que seria viabilizada com os recursos que restaram da operação anterior, encerrada em 31/08/21. O presidente da República, Jair Bolsonaro, no entanto, não assinou novo decreto estendendo a GLO. Desde então, segundo a reportagem, as operações na Amazônia seguiram sob o contexto do Plano Amazônia e sem relação com a GLO, com apoio das Forças Armadas em inteligência, logística e segurança. O periódico pontuou ainda que os índices de desmatamento não sofreram queda, mesmo com a presença militar. (Correio Braziliense – Brasil – 05/11/21; Folha de S. Paulo – Ambiente – 05/11/21; O Estado de S. Paulo – Poder – 31/10/21)

3- História de guerrilheiros acusados de traição durante ditadura militar é tema de livro

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Lucas Ferraz publicou o livro “Injustiçados”, que aborda casos de guerrilheiros mortos pelas próprias organizações que faziam parte, por acusações de traição sem provas, durante a ditadura militar (1964-1985). Os quatro militantes mortos foram acusados após terem sido presos e torturados por militares. Ao periódico, o jornalista relatou que outros casos parecidos foram reportados por agentes da repressão, mas que em realidade foram mortos pelos próprios militares ou acidentalmente por colegas de luta em ações armadas. (Folha de S. Paulo – Poder – 31/10/21)

4- Documentos mostram que o Exército monitorou cidadãos, parlamentares e jornalistas

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* informou que o jornal recebeu do próprio Exército 124 páginas de relatórios de “Acompanhamento e Análise do Projeto de Lei (PL) 1.645/2019 nas Mídias Sociais”, que detalham o monitoramento de cidadãos, parlamentares, jornalistas e influenciadores digitais entre 14/08/2019 até 20/11/2019. O objetivo era identificar e neutralizar detratores do projeto de lei que reestruturou a carreira militar, proposta sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro em dezembro de 2019. Os documentos, produzidos pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), informam as estratégias políticas utilizadas pela corporação para influenciar na tramitação da proposta de lei, como o uso de outros perfis que não fossem os próprios da corporação, justificando que “perfis pessoais possuem uma capacidade representativa na rede muito superior a perfis institucionais”, e estimular a participação de influenciadores digitais no debate público, pois na avaliação do Exército estes detêm “maior capacidade de reverberar a linha narrativa que se deseja propagar”. Um dos maiores alvos dos relatórios é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e seus parlamentares, nomeadamente Glauber Braga e Marcelo Freixo, na época, classificados como “protagonistas da

oposição ao governo” e “fortes influenciadores de massas radicais no Twitter”, além de identificar um “alinhamento dos integrantes das Associações de praças e inativos” com o partido. Ainda segundo o periódico, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizada no dia 27/10/21, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, negou haver monitoramento de parlamentares por parte do Exército, após o deputado federal Glauber Braga relatar ter sido um dos alvos monitorados. O deputado afirmou que pedirá à bancada de seu partido que encaminhe um pedido formal de esclarecimento ao ministro da Defesa. Glauber Braga comentou que o pedido busca confirmar a posição do general em um documento oficial, e disse que esse tipo de atitude dos militares é um “absurdo”, afirmando que “eles (os militares) trabalharam como força de espionagem contra deputados da oposição”. Em outra reportagem, o *Correio Braziliense* destacou que os relatórios estão abordando temas “estranhos à missão das Forças Armadas”, como a política econômica do governo federal, e produzindo avaliações mais politizadas, indicadas por termos como “partidos de oposição”, “causa lulista” e “ganhar a narrativa”. O especialista em Forças Armadas e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Alcides Costa Vaz, avaliou, em entrevista ao periódico, que esse tipo de investigação interna é uma “anomalia” que não faz parte das funções típicas do Exército, ferindo a Constituição. O professor afirmou também que “caberia à polícia investigar” caso haja qualquer atividade que coloque em risco a integridade da população. A advogada constitucionalista Vera Chemim, também ouvida pelo periódico, criticou a atuação das Forças Armadas para tentar “fazer algum tipo de lobby neste sentido”, se referindo à aprovação da lei. O advogado criminalista Thiago Durbay categorizou como inadequadas as investigações do Exército, afirmando que “esse catálogo de pessoas pode servir à perseguições políticas e violações de liberdades e direitos fundamentais”. Por último, militares ouvidos pelo jornal em condição de anonimato afirmaram que o monitoramento é rotineiro, e confirmaram que essa investigação fazia parte da estratégia dos militares para “vencer a narrativa”, objetivo que também aparece explicitado no relatório. Segundo uma das fontes, “a conjuntura de hoje não é de golpe”, mas as atividades visam “ter um controle de bastidor, manter os 80% de aprovação, ter o suficiente de aprovação popular para avançar com temáticas próprias da Força”. (*Correio Braziliense – Poder – 31/10/21; Correio Braziliense – Poder – 1/11/21*)

5- Jurista comentou os atos de 7 de setembro

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o ex-juiz federal e advogado tributarista Sacha Calmon Navarro Coêlho lembrou o discurso “inflamado” do presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia da Independência do Brasil, em que, para ele, “estava dada a senha para um golpe de Estado”, mas as Forças Armadas não aderiram ao golpe, embora silentes. Segundo o autor, essa percepção teria se prolongado ao fato de que “ninguém fala mais” sobre o ministro da Defesa, “que se emudeceu”. Coêlho assinalou ainda que esse fato, segundo ele “decisivo para a história”, estaria até hoje sem explicação. (*Correio Braziliense – Poder – 31/10/21*)

6- Candidatura de Sergio Moro à presidência agrada uma parcela dos militares
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a possibilidade de filiação do ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro ao partido Podemos para disputar as eleições presidenciais de 2022 atrai a simpatia de uma parcela dos militares. Dentre essa parcela, estão incluídos os generais da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria do Governo, e Paulo Chagas, ex-candidato a governador do Distrito Federal, que veem na figura de Moro uma “terceira via”, distante da polarização entre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o atual presidente Jair Bolsonaro. Além disso, segundo o cientista político André César, um dos motivos pelo qual o ex-juiz encontra respaldo nas Forças Armadas é o seu símbolo de combate à corrupção, que demonstraria um dos principais valores dos militares, isto é, a honestidade. Entretanto, de acordo com o jornal, uma fonte de alta patente das Forças Armadas alega que há militares que ressentem os planos de Moro pois, apesar de sua atuação à frente da Lava-Jato, a renúncia ao Ministério durante o governo Bolsonaro é vista como traição e motivo de desconfiança. (*Correio Braziliense – Política – 02/11/21*)

7- General concedeu cargo privilegiado ao cardiologista do presidente
Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, acionou o general da reserva Mauro César Lourena Cid, chefe da unidade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em Miami, Estados Unidos, para que admitisse o cardiologista Ricardo Camarinha, que trabalha como assessor especial da Presidência. Segundo a reportagem, Camarinha pretende se mudar para os Estados Unidos por motivos pessoais, e o cargo seria um facilitador para a obtenção de um visto de residência, uma vez que a Apex, voltada para facilitar negócios e atrair investimentos estrangeiros ao país, não teria posto para médicos. A *Folha* destacou que a Apex esteve envolvida em atritos entre a chamada “ala ideológica” do governo e militares apoiadores de Bolsonaro desde o início do governo, com a queda de diplomatas que entraram em embate com o ex-chanceler Ernesto Araújo. Em maio de 2019, dez militares ganharam espaço na agência, incluindo o general Lourena Cid. O periódico afirmou ainda que as disputas pelos cargos públicos são causadas pelos altos salários, acima do teto do funcionalismo. Como exemplo, Lourena Cid recebeu em junho deste ano US\$ 9,6 mil (cerca de R\$ 50 mil), além de R\$ 38 mil oriundos de sua reserva remunerada. (*Folha de S. Paulo - Poder - 05/05/21*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima